Despacho n.º 7851/2012

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, exonero, a seu pedido, o licenciado Luís Filipe Melo e Faro Ramos do cargo de diretor-geral da Direção-Geral de Política de Defesa Nacional, para o qual tinha sido nomeado através do meu Despacho n.º 4808/2012, de 1 de março de 2012, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 69, de 5 de abril de 2012, cessando a comissão de serviço ao abrigo da qual exercia aquelas funções.

2 — A presente exoneração produz efeitos a 14 de junho de 2012.

18 de maio de 2012. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

206154212

Inspeção-Geral da Defesa Nacional

Despacho n.º 7852/2012

A entrada em vigor do Decreto Regulamentar n.º 3/2012, de 18 de janeiro, que aprovou a Lei Orgânica da Inspeção-Geral da Defesa Nacional (IGDN), a 1 de fevereiro de 2012, marca o início do processo de reestruturação da IGDN.

Com a publicação da Portaria n.º 87/2012, de 30 de março, foi aprovada a estrutura nuclear desta Inspeção-Geral, constituída por uma única unidade orgânica, tendo sido definidas as competências da Direção de Serviços de Inspeção e Auditoria (DSIA).

Considerando que a DSIA, no âmbito da reestruturação dessa unidade orgânica, manteve a mesma designação, sendo no entanto alargadas as respetivas competências à gestão dos recursos humanos, financeiros, patrimoniais e logísticos da IGDN;

Considerando ainda que o Dr. Paulo Guilherme Fernandes Lajoso vem exercendo desde 7 de Junho de 2010 o cargo de Diretor de Serviços da DSIA em comissão de serviço; e,

Atento o disposto na alínea *c*), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, determino:

1 — A manutenção da comissão de serviço do licenciado Paulo Guilherme Fernandes Lajoso para o cargo de direção intermédia de 1.º grau da Direção de Serviços de Inspeção e Auditoria, previsto no mapa anexo ao Decreto Regulamentar n.º 3/2012, de 18 de janeiro.

2 — A produção de efeitos a 2 de abril de 2012 do presente despacho.

31 de maio de 2012. — O Inspetor-Geral, *Rogério Rodrigues*.

206154026

Instituto de Ação Social das Forças Armadas

Despacho (extrato) n.º 7853/2012

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação introduzida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se pública a lista unitária de ordenação final relativa ao procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho, na carreira de Técnico Superior (Educador de Infância), tendo em vista o exercício de funções em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado do mapa de pessoal do Instituto de Ação Social das Forças Armadas, aberto pelo Aviso n.º 24051/2011, *Diário da República,* 2.ª série, n.º 240, de 16 de dezembro, homologada por despacho Presidente do Conselho Diretivo de 28 de maio de 2012.

Candidatos Aprovados:

1.º Ana Lígia d'Oliveira Reis e Bastos — 13,29 valores
2.º Patrícia da Conceição Alves David — 13,02 valores
3.º Margarida Maria Alves Nogueira de Pinho — 12,58 valores
4.º Sónia Carla Cristino Gomes — 11,03 valores

A referida lista foi publicitada na página eletrónica do Instituto de Ação Social das Forças Armadas.

Mais se informa que da presente lista cabe recurso hierárquico, a interpor no prazo de dez dias úteis, a contar da data desta publicação.

31 de maio de 2012. — O Chefe da Divisão de Recursos Humanos, *Fernando Caetano*.

206150827

Despacho (extrato) n.º 7854/2012

Por despacho do Presidente do Conselho Diretivo de 28 de maio de 2012, e precedendo concurso, foi autorizado a celebração de contrato em funções públicas por tempo indeterminado ao abrigo do disposto na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e na Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro e na sequência da homologação da lista de classificação final do concurso comum para ingresso com vista ao preenchimento de 1 posto de trabalho na categoria de Técnico Diagnóstico e Terapêutica 2.ª Classe — Área de Radiologia, da carreira de Técnico Diagnóstico e Terapêutica, para o mapa de pessoal de Instituto de Ação Social das Forças Armadas, e concluídos todos os trâmites relativamente aos mesmos Marta Sofia Gonçalves Ferreira, na categoria de Técnico Diagnóstico e Terapêutica 2.ª Classe — Área de Radiologia, com efeitos à data da assinatura do contrato.

31 de maio de 2012. — O Chefe da Divisão de Recursos Humanos, *Fernando Caetano*.

206150908

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 7855/2012

1 — Nos termos do disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 54/2012, de 12 de março, e no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 78/2007, de 29 de março, conjugado com o estabelecido na Portaria n.º 1113/2007, de 19 de dezembro, e por proposta do diretor-geral da Direção-Geral de Administração Interna, nomeio, como consultora, em regime de comissão de serviço, por um período de três anos, remunerada pela posição remuneratória 11.ª, nível remuneratório 48, a professora doutora Fernanda Maria Timóteo Gonçalves Néry.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de junho de 2012.

30 de maio de 2012. — O Ministro da Administração Interna, *Miguel Bento Martins Costa Macedo e Silva*.

206150746

Polícia de Segurança Pública

Direção Nacional

Aviso (extrato) n.º 7904/2012

Na sequência do Procedimento Concursal Comum aberto pelo aviso (extrato) n.º 23451/2010, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 222, de 16 de novembro, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeito a período experimental de 180 dias, nos termos do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, conjugado com o artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e n.º 2 da Cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, com efeitos a partir de 19 de dezembro de 2011, data de início de funções das técnicas superiores no quadro abaixo mencionadas:

Nome	Regime	Carreira e categoria	Posição e nível remuneratórios	Data do efeito
Elisabete Guerreiro da Costa	CTFPTI	Técnico superior	2.ª posição, nível 15	19/12/2011
Susana Catarina Courela Ramalho Magrinho	CTFPTI	Técnico superior	2.ª posição, nível 15	19/12/2011

Para acompanhamento e avaliação do período experimental foi designado o seguinte júri:

Presidente: Ricardo de Jesus Gaspar Faritas, Subintendente, Chefe da Divisão de Explosivos do Departamento de Armas e Explosivos, da Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública.

Vogais Efetivos:

Francisco José Montalto Ramalho, Técnico Superior, da Secção de Apoio Técnico do Departamento de Armas e Explosivos, da Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos;

Fernando da Costa Tomás Ribeiro, Técnico Superior da Secção de Apoio Técnico do Departamento de Armas e Explosivos, da Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública.

24 de maio de 2012. — O Diretor do Departamento de Recursos Humanos, *Manuel João,* técnico superior.

206150705

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 7905/2012

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras pretende recrutar, em regime de mobilidade interna, nos termos do disposto no artigo 59.º e seguintes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, 1 assistente técnico, da carreira geral de assistente técnico.

Caracterização do posto de trabalho:

Funções inerentes ao conteúdo funcional da categoria de assistente técnico, de natureza executiva, com base em instruções concretas, nas áreas de atuação comuns e específicas do Serviço.

Requisitos de admissão:

Ser titular de relação jurídica de emprego público, por tempo indeterminado, com a administração central.

Local de trabalho:

Delegação Regional de Portalegre — Av. de Santo António, n.º 12 — 7300-074 Portalegre

Formalização de candidaturas:

Os interessados deverão apresentar candidatura no prazo de 10 dias úteis contados da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* mediante requerimento dirigido ao Diretor Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, entregue pessoalmente ou através de correio registado com aviso de receção para a morada Av. do Casal de Cabanas, Urbanização Cabanas Golf, n.º 1, Torre 2 — 2734-506 Barcarena (Tagus Park), acompanhado do curriculum profissional.

30 de maio de 2012. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

206150413

Despacho (extrato) n.º 7856/2012

Por despacho de 29-05-2012 do Diretor Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna na categoria da técnica superior Sandra Cristina Martins Aguiar Branco Ferreira Bordalo, nos termos do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro, passando a pertencer ao mapa de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, com efeitos a 29-05-2012.

31 de maio de 2012. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

206150332

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Secretaria-Geral

Despacho n.º 7857/2012

Considerando a vacatura do lugar de diretor de Serviços Jurídicos e de Contencioso da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, cargo de direção intermédia de 1.º grau;

Considerando que os titulares dos cargos de direção intermédia de 1.º grau são recrutados de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, que reúnam os requisitos previstos no artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 7 de abril, com as alterações introduzidas pelas Leis n.os 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, designadamente, seis anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura, com o perfil, conhecimentos e formação adequados, nos termos dos artigos 11.º, 12.º e 20.º do mesmo diploma;

Considerando, ainda, que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição, com observância de todos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo, nos termos do artigo 27.º do diploma acima citado, nos casos de impedimento e ausência do titular ou, como se verifica, em caso de vacatura do lugar;

Ao abrigo do disposto nos artigos 11.º, 12.º, 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.os 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, por reunir o perfil adequado para prosseguir as atribuições e os objetivos do serviço e ser dotada da necessária competência e aptidão para o exercício da função, conforme resulta da respetiva *síntese curricular* em anexo ao presente despacho, nomeio, em regime de substituição, a licenciada Rita Maria Góis de Carvalho como titular do cargo de diretora dos Serviços Jurídicos e de Contencioso da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, com efeitos a partir de 1 de junho de 2012.

24 de maio de 2012. — A Secretária-Geral, *Maria Antónia Moura Anes*.

Síntese curricular

1 — Dados pessoais:

Nome — Rita Maria Góis de Carvalho;
Data de Nascimento — 18 de dezembro de 1976;
Naturalidade — Lisboa.

2 — Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1999, com a classificação final de 14 (catorze) valores.

3 — Atividade profissional:

Técnica superior na Direção-Geral do Tesouro e Finanças (desde 15 de agosto de 2011);

Subdiretora-Geral do Tesouro e Finanças (de maio de 2010 a 15 de agosto de 2011);

Adjunta do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças do XVIII Governo Constitucional (de outubro de 2009 a maio de 2010);

Assessora do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças do XVII Governo Constitucional (de junho de 2006 a outubro de 2009);

Chefe da Divisão de Estudos Patrimoniais da Direção-Geral do Património (de julho de 2005 a junho de 2006);

Técnica superior na Direção-Geral do Património (de março de 2000 a julho de 2005);

Advogada Estagiária (1999 e 2000).

4 — Participação em grupos de trabalho:

Representante do Ministério das Finanças na comissão de acompanhamento do Código dos Contratos Públicos (2009/2010);

Representante do Ministério das Finanças, como membro suplente, na comissão de acompanhamento do processo de lançamento e preparação do concurso para a parceria público-privada da linha de alta velocidade do troço Lisboa-Poceirão do eixo Lisboa-Madrid (2009);

Membro da comissão de revisão dos regimes especiais do domínio público (2007/2008);

Membro da comissão legislativa do regime jurídico do património imobiliário público (2005/2006).

5 — Formação profissional (mais relevante):

5.º Congresso de Contratação Pública Eletrónica (Observatório de Prospetiva da Engenharia e Tecnologia, 2011); SNC — Sistema de Normalização Contabilística (DGTF, 2011); Seminário de Alta Direção (INA, 2005); Criar e Desenvolver o Potencial das Equipas (INA, 2005); Conferência Internacional sobre Avaliação Legislativa (Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, 2005); O Novo Contencioso Administrativo (DGP, 2004); Regime Jurídico da Administração Direta do Estado (Secretaria-Geral do Ministério das Finanças, 2004); Feitura de Leis (INA, 2003); Código do Procedimento Administrativo (Secretaria-Geral do Ministério das Finanças, 2003); Direito do Urbanismo (INA, 2002); Registo Predial (DGP, 2002); Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais (Instituto Superior de Ciências da Saúde — Sul, 2001).

206154553

Direção-Geral dos Serviços Prisionais

Aviso n.º 7906/2012

Vítor Cabreiro Bilber, guarda prisional, afeto ao Estabelecimento Prisional Regional de Leiria, com última morada conhecida na Rua da Mata, n.º 19 — Maceira, 2405-029 Maceira LRA, é notificado nos termos e ao abrigo do n.º 2, do artigo 49.º do Estatuto Disciplinar aplicável por força do n.º 1, do artigo 57.º do mesmo diploma, de que, por despacho do Diretor-Geral, datado de 23 de abril de 2012, lhe foi aplicada a pena de demissão, a qual começa a produzir os seus efeitos legais, nos 15 dias após a data da publicação do presente aviso.

18 de maio de 2012. — A Subdiretora-Geral, *Julieta Nunes*.

206154294